

SUCESSÃO

PPB e oposição tentam mudar Lei Eleitoral

BRASÍLIA — Os partidos de oposição aliaram-se ao PPB na tentativa de obrigar o presidente Fernando Henrique Cardoso e os governadores que decidirem disputar a reeleição a renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes das eleições gerais do ano que vem. A proposta

deverá ser examinada pelos deputados na próxima semana, quando a nova Lei Eleitoral entra na pauta de votações da Câmara.

A iniciativa partiu do deputado Cunha Bueno (PPB-SP), que já redigiu o texto da emenda que repõe a obrigatoriedade da desincompatibilização nos casos de recandida-

tura do presidente e dos governadores. A proposta chega ao plenário com assinaturas dos líderes do bloco das oposições, Aldo Arantes (PC do B-GO); do PL, Valdemar da Costa Neto (SP); do PSB, Alexandre Cardoso (RJ), e do PPB, Odelmo Leão



(MG). Odelmo Leão assinou a emenda dois dias depois de ter conduzido 60 liderados do PPB a um coquetel com o presidente no Palácio da Alvorada.

A emenda constitucional que o Congresso aprovou para permitir a reeleição do presidente

não trata de desincompatibilização. Como o texto é omissivo, os aliados do Planalto avaliaram, na época, que o presidente Fernando Henrique ficaria liberado para disputar a reeleição no exercício do cargo.

A lei que define prazos de desincompatibilização para governantes

candidatos é anterior a emenda da reeleição e, por isso — segundo parecer do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, já enviado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — não pode ser aplicada aos candidatos à reeleição. A polêmica deverá ser julgada pelo TSE na próxima semana. (C.S)